



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006612-29.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **Aline Cristina Morales da Silva**
 Requerido: **Nilton José Braga Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Aline Cristina Morales da Silva propôs a presente ação contra o réu Nilton José Braga ME, requerendo a condenação deste no pagamento da importância de R\$ 23.204,53, representada pelo cheque nº 000075, sacado contra a Caixa Econômica Federal, agência 0348, conta corrente nº 03002854-9, no valor de R\$ 13.800,00, de titularidade do réu, não tendo sido compensada, perdendo a eficácia de título executivo.

O réu ofereceu embargos monitórios de folhas 28/31, requerendo a denunciação da lide de Juarez da Silva Ibaté ME e alegando: a) que desconhece o embargado pois não praticou nenhum negócio com ele e sim com o denunciado; b) que emitiu a cártula como garantia de pagamento da locação de equipamento feita junto ao denunciado, tendo efetuado o pagamento da locação mediante Ted em data de 01/06/2013.

Réplica de folhas 50/55.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial.

De início, indefiro a denunciação da lide porque as razões invocadas pelo denunciante não guardam relação com as hipóteses previstas no artigo 125 do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O cheque é título de crédito cujo valor nele estampado representa ordem de pagamento à vista e para sua cobrança não há necessidade de comprovação da *causa debendi*, diante dos princípios da abstração e da cartularidade. Uma vez posto em circulação, a causa subjacente deixa de ser motivo para a negativa de satisfação do crédito ao portador da cártula.

Nesse sentido:

PROVA – Ação monitória – Cheque prescrito - Cerceamento de defesa - Inocorrência – Produção de outras provas – Dispensabilidade – Prova documental suficiente para a convicção do julgador – Preliminar rejeitada. CAMBIAL - **Cheque prescrito – Discussão da "causa debendi" - Desnecessidade - Se o cheque que tem ação de execução prescrita continua representando um contrato em que o sacado confessa a existência de obrigação de pagar importância certa, basta ao credor, ao cobrá-lo pela via ordinária ou monitória, ou seja, em processo de conhecimento, indicar o objeto, a causa de pedir remota (a obrigação representada pelo cheque) e a causa de pedir próxima (o não pagamento) – Precedentes do Colendo STJ** – Prevalece o cheque cobrado pelo autor-embargado – Rejeição dos embargos ao mandado monitório - Sentença mantida. Recurso desprovido (Apelação 1001807-47.2014.8.26.0099 Relator(a): Álvaro Torres Júnior; Comarca: Bragança Paulista; Órgão julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 01/08/2016; Data de registro: 05/08/2016).

Ademais, o recibo de envio de Ted colacionado pelo embargante não guarda qualquer relação com o cheque objeto desta ação, sendo diverso o valor do depósito, o nome do beneficiário e a data de depósito (**confira folhas 35**).

Assim, de rigor a rejeição dos embargos é de rigor.

Ressalvo, entretanto, que o valor principal deve ser corrigido conforme a Súmula 43 do STJ, cujo termo inicial deve retroagir à data do efetivo prejuízo, ou seja, a partir da primeira apresentação do cheque junto ao banco sacado. Com relação aos juros moratórios, estes são devidos a partir da citação, data em que o embargante foi constituído em mora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

“Correção monetária - Termo inicial - Ação monitória - Cheque prescrito - Correção monetária que não pode ser contada a partir da data da distribuição da ação. Correção monetária que, também no ilícito contratual, incide a partir da data do efetivo prejuízo - Súmula 43 do STJ - Correção monetária que deve ser contada a partir da data da primeira apresentação dos aludidos cheques ao banco sacado. Juros moratórios - Termo inicial - Ação monitória - Cheque prescrito - Cobrança dos juros anteriores que se encontra prescrita - juros de mora que devem incidir a partir da citação, quando a devedora foi constituída em mora - Art. 219, “caput”, do CPC. Reduzida a procedência parcial dos embargos opostos. Apelo provido em parte. (Apelação TJSP nº 9138910-10.2007.8.26.0000, 23ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Marcos Marrone, j. 15/02/2012).”

Diante do exposto, rejeito os embargos monitórios, com fulcro no artigo 702, § 8º, do Código de Processo Civil, e acolho o pedido inicial, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial representado pelo cheque descrito no preâmbulo, corrigido monetariamente desde a data de sua apresentação e com juros de mora de 1% ao mês, incidentes a partir da citação, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o réu embargante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I, Título II, Capítulo III, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de agosto de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**